

## É da Sua Conta #18 - Tributação sobre Transações Financeiras

Grazielle	Oi, bem-vindas e bem-vindos ao É da sua conta, o podcast mensal da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal. Eu sou a Grazielle David.
Daniela	E eu a Daniela Stefano. O É Da Sua Conta é um podcast sobre como reprogramar a economia para que ela não fique só nas mãos dos ricos e poderosos, mas sirva a todas as pessoas do planeta.
Grazielle	Mês de outubro com o dia das bruxas, tem também o dia do Saci e o episódio #18 do É da Sua Conta trata do tributo sobre as transações financeiras.
Daniela	Eu sei que ele pode ter diversas formas, mas uma que assustou muita gente foi a CPMF, que foi uma contribuição provisória sobre movimentações financeiras que existiu no Brasil por 11 anos.
Grazielle	Mas, será que todas as formas do tributo sobre transações financeiras deveriam assustar ou algumas não têm nada de fantasmas e poderiam na verdade ajudar a diminuir as desigualdades no mundo?
Claudio	“Uma pessoa por exemplo que fica devendo 500 reais no cheque especial paga 6,38 %. Uma pessoa que faz uma transação de 10 milhões de reais em ações na bolsa está pagando 0%. Pô, a injustiça! “
Daniela	Tem medo de tributos? Acha que sempre serão injustos? Que nunca terão finalidade? Chega a ter pesadelos cada vez que ouve: CPMF...impostoooo...? Quem você irá chamar?
Grazielle	As caça-fantasmas... tributárias do É da sua conta! (rs). Tributo por tributo explicado em detalhes para não deixar ninguém com medo.
Daniela	Se você mora no Brasil e tem mais de 35 anos provavelmente se lembra da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras. O que vem à sua cabeça quando ouve essas quatro letrinhas juntas?
Fala povo   Nora Lucia Gonçalves	“Não concordo, não é justo, é um dinheiro que não tem benefício nenhum para gente. É um dinheiro que todo povo paga, é descontado no banco e não tem saída, não temos opção de não querer e não vejo nenhum retorno.
Fala povo   Ivan Mairink	“CPMF é mais uma forma dos bancos e do governo tirar dinheiro da população em troca de nada. Quando os bancos tão felizes pode ter certeza que tem gente se ferrando por trás e gente é a população, então eu fico preocupado com esse movimento todo.”
Fala povo   Fernando Teixeira	“A CPMF antiga tinha uma função de controle sobre transação financeira. Ela caiu por uma conjuntura tal, era uma fonte de receita para o governo, mas era concentradora, tinha efeito negativo sobre a renda dos mais pobres. A CPMF antiga cumpria alguma função apesar de ser concentradora.”
Grazielle	Pouca gente se lembra, mas junto com o lançamento da nova moeda brasileira, em 1994, o Real, o governo também criou um Imposto, que gerou uma arrecadação de quase 1 bilhão de dólares no primeiro ano e vigorou até 2007. O Luciano Máximo resgata a história da CPMF.

Jatene	<p>“Quando fui pleitear a CPMF tinha sido encerrado o IPMF em dezembro e não aconteceu nada, então eu disse vamos tentar reimplantar esse tributo como contribuição para poder vincular [para a saúde]. Procurei o presidente e ele disse que eu não iria conseguir, mas falei posso tentar, ele disse que pode.”</p>
Luciano	<p>Tendo o então ministro da Saúde Adib Jatene como um dos principais articuladores para a criação de um novo tributo para ajudar a financiar a saúde pública no Brasil.</p> <p>No início era cobrada uma alíquota de 0, 20% toda vez que uma pessoa movimentava dinheiro no banco, comprava alguma coisa ou pagava por um serviço usando cartão ou cheque.</p> <p>A arrecadação da CPMF era obrigatoriamente aplicada no Fundo Nacional de Saúde. Dali o dinheiro era investido em ações e serviços do SUS, o Sistema Único de Saúde.</p> <p>A partir de 1999, além da saúde, parte do dinheiro da CPMF também ia para a Previdência Social e o combate à pobreza.</p> <p>De janeiro de 1997 a dezembro de 2007, essa contribuição arrecadou cerca de 60 bilhões de dólares. A CPMF funcionou também como um radar para identificar sonegadores, pessoas físicas ou empresas.</p> <p>Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal entre 1995 e 2001, recorda de um cruzamento de informações que fez de movimentações financeiras da CPMF com dados da declaração do imposto de renda de 1999.</p>
Maciel	<p>“Eu mostrei o seguinte: 17 milhões de isentos do IR movimentaram 192 bilhões de reais. E 62 isentos desse universo de 17 milhões tiveram movimentação média anual de 178 milhões de reais e eram isentos do IR. Fiz o mesmo com empresa, bilhões de reais movimentados por empresas isentas e inativas. Mostrei que a CPMF era um instrumento poderoso para desnudar a sonegação.”</p>
Luciano	<p>A CPMF era muito criticada por empresários e atores do mercado financeiro. Reclamavam que reduzia margem de investimento dos negócios, obrigava as empresas a aumentar preço e afastava investidores.</p> <p>Além disso, acusavam a contribuição de ser regressiva, ou seja, de punir proporcionalmente os mais pobres, que pagavam a mesma alíquota que os mais ricos.</p> <p>Maciel discorda, lembrando que aplicações em caderneta de poupança eram isentas, assim como ampla faixa da população de baixa renda.</p>
Maciel	<p>“O que define o tamanho da Carga Tributária vinculada à CPMF é o número de movimentação, não se pode falar portanto em regressividade, a pessoa rica faz muitas movimentações, a pessoa pobre não faz.”</p>
Luciano	<p>Ainda assim, por vários anos centenas de lideranças e entidades empresariais financiaram campanhas para convencer a sociedade que a CPMF era prejudicial para a economia e para o bolso das pessoas.</p> <p>Numa madrugada de dezembro de 2007 o Senado não autorizou a continuidade da contribuição para o ano seguinte. Isso significou mais de 7 bilhões de dólares a menos para a saúde pública no Brasil.</p> <p>O economista Marcio Pochmann, que estava no governo quando a CPMF foi extinta, argumenta que a contribuição poderia ser importante para a política fiscal e social do país agora.</p>
Pochman	<p>“A manutenção da CPMF teria uma contribuição adicional no financiamento do setor público, especialmente neste momento que vivemos desde 2015 sem crescimento. Ela não estaria exposta aos efeitos cíclicos que a atividade</p>

	econômica repercute na tributação, então contribuiria muito nesses momentos de dificuldade do desempenho econômico.”
Luciano	Após a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, os governos da vez tentaram recriá-la em diversas ocasiões, sobretudo em momentos de dificuldades no cenário fiscal.
Daniela	O Brasil é um dos países com o mais amplo e elaborado conjunto de tributação sobre transações financeiras. O IOF, imposto sobre operações financeiras, faz parte do código tributário nacional que foi criado em meados dos anos 1960, durante a ditadura. O Cláudio Fernandes, economista da ONG Gestos, explica como o Imposto sobre Operações Financeiras passou a abranger mais transações com o passar dos anos.
Claudio	Ao longo da década de 1970 e 80 principalmente, elaborou-se mais possibilidades para que o IOF incidisse em outras transações. Nesse século 21 finalmente, na época do governo Dilma, em 2011, o IOF ampliou-se completamente e atingiu todos os tipos de operações financeiras imaginadas: seguro, ouro, câmbio, derivativos, operações de bolsa, crédito, crédito de cheque especial, qualquer tipo de empréstimo, etc e tal.
Daniela	Na legislação brasileira, o Imposto sobre Operações Financeiras pode ser alterado mais facilmente do que outros impostos.
Claudio	O detalhe é: desde 1966 tinha um dispositivo na lei em que dizia que a alíquota do IOF para cada fato gerador - câmbio, ouro, seguros, crédito seria alterado através de uma portaria do ministério da fazenda. E agora o atual Ministério da Economia. Então o ministro ou a ministra da economia, da fazenda pode em um dia alterar a alíquota do IOF e no dia seguinte ele já tem vigência, não precisa esperar a anualidade fiscal, como por exemplo os outros impostos.
Daniela	E ainda mais importante nesse momento de crise, o governo poderia alterar hoje essas alíquotas e amanhã o dinheiro arrecadado poderia financiar os serviços públicos, como o SUS. Mas, atualmente, o Imposto sobre operações financeiras brasileiro tem alíquotas que fazem com que a classe média pague mais do que grandes investidores
Claudio	Uma pessoa por exemplo que fica devendo 500 reais no cheque especial paga 6,38 %. Uma pessoa que faz uma transação de 10 milhões de reais em ações na bolsa está pagando 0%. Pô, a injustiça!
Daniela	Com isso, o setor financeiro segue sendo o grande beneficiado:
Claudio	Enquanto a economia está numa queda livre, a bolsa, com alguns percalços quase se recuperou completamente de 6 meses atrás no início da pandemia. O Banco central injetou recursos, liberou créditos etc e tal. enquanto a bolsa estava bombando e a economia do país estava caindo e a receita tributária estava despencando - em torno de 14,5%, nos primeiros dois trimestres, o governo poderia ter colocado uma alíquota nas transações de bolsa .
Daniela	Mas o Imposto sobre Operações Financeiras poderia ser modificado com uma simples canetada do ministro da economia:
Claudio	Para tornar o IOF mais progressivo é necessário um desenho de alíquotas que atinja principalmente as classes mais abastadas, e alíquotas menores para as

	<p>classes menos abastadas. Como fazer isso, se é um imposto sobre uma transação? Você pode estipular o volume da transação. Por exemplo, na bolsa, se você faz uma transação de 20 mil reais o IOF seria 0,01%. Se você faz uma transação de 100 mil reais você teria o IOF de 0,25%. Então isso é um progressivo. A mesma coisa seria em relação ao fato de que o IOF atinge justamente a parte da classe média endividada brasileira pendurada no cartão de crédito, num empréstimo, num factoring ou num cheque especial. Este IOF neste momento é 6,38%. Se a pessoa já está endividada e você ainda vai pagar um imposto de 6,38% quando na verdade impostos sobre transações financeiras normalmente são de 1% ou menos, é tipo assim realmente você quer adicionar injúria ao machucado.</p>
Daniela	<p>Bom, devido a pandemia, de março a dezembro de 2020, o IOF para operações de crédito contratadas neste período, inclusive no cheque especial, está com a alíquota zerada.</p>
Grazielle	<p>Um imposto sobre transações financeiras pode ter diversos desenhos.</p>
Fernando	<p>Taxar qualquer transação que ocorra no sistema bancário e no sistema financeiro como um todo.</p>
Grazielle	<p>Esse formato descrito por Fernando Ferrari Filho, professor de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é o que foi adotado no Brasil com a CPMF. Outro desenho seria o imposto apenas sobre transações do mercado financeiro.</p>
Fernando	<p>Evitar movimentos especulativos de capital estrangeiro, isso é, entrada e saída de capital que afetam a dinâmica do mercado acionário e cambial como um todo, e segundo, tentar assegurar uma certa autonomia da política monetária</p>
Grazielle	<p>Esse formato de tributação das transações financeiras foi proposto pela primeira vez por Keynes, com o objetivo de taxar Wall Street, que segue sendo um grande centro financeiro global. Além do valor a ser arrecadado, esse tributo também pode reduzir o fluxo de capital especulativo, que desestabiliza a economia de países.</p>
Fernando	<p>O que Keynes propôs em 1923 foi um tributo sobre o ingresso de capitais para estabilizar o câmbio e por consequência assegurar autonomia da política monetária com o objetivo de controlar o preço como um todo. Recorrentemente propunha impostos sobre controle de capitais, para evitar volatilidade de fluxo de capitais nas economias como um todo.</p>
Grazielle	<p>Interessante, em 2018, um pesquisador sênior do FMI publicou artigo mostrando que a retirada da regulação do fluxo de capital não surtia os resultados prometidos. Ou seja, ele reconheceu o erro do neoliberalismo que dificultou a retomada econômica e impactou nos direitos. Nesse processo, existia uma proposta tributária regulatória, de James Tobin. Como ela funcionava?</p>
Fernando	<p>A proposição do Tobin é introduzir um imposto sobre transações financeiras em nível global, ou seja, em todas as relações entre países que se relacionam financeira e comercialmente no cenário internacional, para mitigar não somente a volatilidade de câmbio e de ingressos e de saída de recursos, mas a proposição do Tobin era também que os recursos auferidos por esse imposto pudessem de certa forma amenizar as distorções econômicas e sociais existentes entre os parceiros comerciais e financeiros em nível global</p>

Grazielle	Em tempos de crises econômica, como a atual relacionada com a crise sanitária da Covid-19, é frequente o tema de uma regulação de capitais, inclusive quando a tributação volta à pauta. Qual a relevância de um tributo para controle de capitais nesse contexto?
Fernando	Sempre que tem uma crise assim, que acaba afetando também o lado produtivo, você traz novamente a discussão sobre a reestruturação do sistema monetário internacional, principalmente o controle de capitais especulativos, porque, quando tem controle de capital, de certa forma estabiliza taxa de câmbio, consegue regular ingresso e saída de capitais internacionais; e segundo e principal você tem autonomia da política monetária.
Daniela	A crise de hoje exige respostas hoje, tuitou recentemente o eurodeputado José Gusmão, mas a previsão para que a taxa sobre transações financeiras comece a vigorar na União Europeia é 2024, embora o bloco já discuta esta taxa desde 2011. José Gusmão, o que aconteceu com o entusiasmo na União Europeia em criar um imposto sobre transações financeiras?
Gusmão	Eu penso que o fato mais importante que ocorreu entretanto foi a pressão do lobby do sistema financeiro que incidiu sobre dois aspectos, em primeiro lugar a questão dos prazos e conseguiram também enfraquecer a proposta propriamente dita substancialmente nomeadamente com uma decisão incompreensível que é a decisão de tirar os derivados da incidência sobre transações financeiras.
Daniela	Os derivativos, muitas vezes chamados de derivados, são instrumentos financeiros usados pelos investidores para tentar lucrar mais no mercado. Estão sempre relacionados a um tipo de economia que se baseia mais em apostas do que com situações reais. E no passado, foram os causadores de verdadeiras catástrofes nos mercados. Para José Gusmão o imposto de transações financeiras que está sendo negociado na União Europeia é insuficiente. Mas segundo ele, melhor este do que nenhum imposto.
Gusmão	Em primeiro lugar porque a implementação da proposta na escala europeia não impede estados membros de terem propostas mais exigentes a escala nacional, Em segundo lugar porque uma introdução de uma proposta mesmo que não abrangendo, por exemplo, os derivados, tem a vantagem de mostrar que todas as fantasias que foram construídas em torno dessa proposta depois poderão ser confrontadas com a realidade e a realidade será que a proposta não provocará nenhum colapso do sistema financeiro, pelo contrário, contribuirá pra sua estabilização. e partindo dessa constatação de que os fantasmas construídos em torno do imposto sobre transações financeiras são isso mesmo, fantasmas, merecia depois trabalhar no alargamento da proposta.
Daniela	E por mais que a iniciativa da União Europeia possa servir de exemplo, o melhor, na opinião de José Gusmão, é que os países não esperem a tributação sobre transações financeiras acontecer primeiro no bloco europeu.
Gusmão	Essa questão da escala torna-se um argumento de bloqueio, seja ao que for, seja a que nível. É uma questão que tem que ser ultrapassada.
Daniela	Ou seja, ao invés de esperar acordos internacionais, os países devem avançar com os seus próprios impostos sobre as transações financeiras. O Estado de Nova York e o Quênia são dois bons exemplos.

Grazielle	<p>Em Nova York tem ganhado força a proposta de um tributo sobre transações financeiras aplicado a Wall Street, um dos principais centros financeiros do mundo.</p> <p>O objetivo da proposta é financiar a superação da pandemia de Covid-19, a proteção social e a retomada econômica.</p> <p>Jim Henry, professor na Columbia University e também do conselho da Tax Justice Network detalha um pouco mais o projeto de lei.</p>
Jim	<p>O estado de Nova York tem um imposto sobre transações financeiras desde 1905, de 0,03% sobre todas as negociações de ações na bolsa NASDAQ em Nova York. Então, uma versão básica deste novo projeto de lei seria apenas para retirar a renúncia fiscal desse tributo, que vem acontecendo desde 1981. Todo o dinheiro que poderia ser arrecadado acaba ficando em Wall Street. Essencialmente essa proposta sozinha aumentaria mais de um bilhão de dólares por mês.</p> <p>É uma proposta que resolveria o déficit de 60 bilhões de dólares que o estado de Nova York enfrenta por causa da crise do COVID.</p>
Grazielle	<p>Você disse que esse tributo já existe, mas que está tudo ficando em Wall Street mesmo. Como é isso?</p>
Jim	<p>Bem, eles simplesmente calculam o imposto e não recolhem. Então, fica nos bolsos onde não deveria estar. A Receita os informam sobre o que o imposto teria sido se tivesse sido cobrado. Só em junho, acho que junho sozinho, o valor renunciado foi de 1 bilhão e 6 milhões de dólares.</p> <p>E temos cerca de 8% de desemprego agora. E muitas empresas e pequenas empresas foram afetadas negativamente pela pandemia. Wall Street meio que decolou. Mesmo hoje, os níveis de estoques financeiros são mais altos. Os Estados Unidos têm algo como 600 bilionários, e a renda líquida deles aumentou este ano em mais de 800 bilhões de dólares. Há muita desigualdade que está sendo imposta pela crise do COVID. E eu acho que a ideia de ter esse pequeno imposto sobre todos esses trilhões de dólares de transações de mercado seria uma maneira indolor, relativamente indolor para Wall Street finalmente contribuir com algo para a solução.</p>
Grazielle	<p>Um argumento frequente contra a proposta desse tributo é que ocorreria “fuga de capital”. Como você avalia essa ameaça?</p>
Jim	<p>Há um projeto de lei que acaba de ser aprovado pelo Parlamento Europeu e que está negociando com o conselho este mês. Então, dado o fato de que outros grandes centros financeiros ao redor do mundo, mesmo dentro dos Estados Unidos, em centros como Chicago, cidade que também está tendo crise financeira - o velho argumento de que a bolsa de Nova York iria pegar e se mudar para Chicago ou Nova Jersey, eu não acho que é uma reivindicação tão séria agora, dado o fato de que todos essas regiões estão basicamente no mesmo barco e trabalhariam juntas. Então há uma oportunidade aqui para realmente ter uma espécie de corrida até o topo em tributação, em vez de uma corrida até o poço.</p>
Daniela	<p>Uma taxa que se chama Robin Hood foi introduzida há dois anos no Quênia. O Quênia tem 50 milhões de habitantes. A população deste país que fica na África oriental apoiou a medida, já que o dinheiro arrecadado com o imposto Robin Hood tem como objetivo financiar programas de saúde, moradia e segurança alimentar em um país onde há muita desigualdade.</p> <p>De acordo com um estudo da Oxfam Quênia de 2017, menos de 0,1% da população possui mais riqueza do que os 99,9%.</p>

	E um imposto como o Robin Hood pode contribuir para reduzir a desigualdade no país.
Francis	A alíquota do imposto é muito baixa a 0,05%. E penso que esta é a mais baixa entre os cerca de 40 países de todo o mundo que têm alguma forma de imposto sobre transações financeiras em vigor. E o imposto aplica-se a todos os tipos de transações eletrônicas.
Daniela	Quem explica é o economista queniano Francis Karugu, da Universidade de Yale.
Francis	A taxa Robin Hood cai muito bem. O governo coloca um valor mínimo de transação de 5 mil dólares americanos, o que corresponde a 500 mil xelins quenianos. 5 mil dólares não é um valor que a maioria dos quenianos que você encontrar na cidade ou no campo vai negociar. Ao aplicar 0,05% em 60% de 65 bilhões de dólares para começar, que é a quantia de dinheiro que passou pelos bancos em 2019, o governo arrecadou um valor de 20 milhões de dólares. Numa economia como a do Quênia, esse é um montante muito significativo, e corresponde a 0,1% do total das receitas fiscais coletadas no país.
Daniela	Em 2018, o Quênia foi identificado como uma das economias de maior crescimento na África Subsaariana. Entretanto, o país também se destaca como a jurisdição mais sigilosa no continente africano de acordo com o Índice de sigilo Fiscal da Tax Justice Network, o que significa que falta transparência e regulação no país. Com isso, crimes de corrupção e lavagem de dinheiro são facilitados. Mas, a Taxa Robin Hood pode diminuir o fluxo de negócios ilícitos no Quênia.
Francis	A Taxa Robin Hood dá ao governo uma oportunidade de rastrear estes fundos à medida que entram no país. E é uma oportunidade para o governo de quantificar ou mesmo compreender os fluxos de dinheiro e ser capaz de identificar o que são fluxos ilícitos e o que são investimentos genuínos que entram no país. Se os países em desenvolvimento vão realmente implementar uma Taxa Robin Hood, as transações bancárias seriam um bom começo, especialmente dado o fato de termos aqui no Quênia uma grande atividade multinacional, algumas das quais nem sequer estão registadas aqui, estão registadas em paraísos fiscais. E, portanto, não pagam impostos no Quênia, mas fazem transações no Quênia. Se não forem capazes de pagar o imposto corporativo no Quênia, então a Taxa Robin Hood poderá gerar alguma receita. E você sabe, estão fazendo dinheiro no Quênia!
Grazielle	O setor financeiro tem grande influência nos governos, faz lobby e defende na mídia que impostos sobre operações financeiras são fantasmas. Mas este imposto pode, na verdade, quebrar a maldição da financeirização, na opinião do nosso colunista, o jornalista Nick Shaxson, da Tax Justice Network.
Nick	Qualquer pessoa que faz uma transação real, por exemplo comprar uma casa ou qualquer coisa provavelmente não gostaria de pagar muito um imposto sobre a transação por exemplo, de 0,05%, mas se por exemplo esta casa que vai comprar custasse 100 mil dólares, por exemplo teria que pagar 50 dólares. Isso é talvez irritante, mas não é enorme. Eles vão provavelmente aceitar pagar esses 50 dólares, especialmente se eles entendem que esses impostos vão pagar para ruas, para enfermeiras, este tipo de coisa. Mas o setor financeiro é

	<p>diferente porque muitas destas pessoas, hedgefunds, por exemplo, passam o dia inteiro a comprar e vender, sempre ações, derivados, obrigações, dinheiro. E se os lucros deste tipo de empresa dependem da compra e venda de tantas coisas, milhares de vezes por dia ou por segundo, o comércio de alta frequência e se eles pagam 50 dólares cada vez que eles fazem uma destas transações, isso vai realmente somar muito dinheiro vão ter que pagar muito. Então estas companhias financeiras vão lutar contra esta proposta, vão pressionar os legisladores para matar a proposta pra este imposto, vão criar grupos de reflexão para mostrar a todos como FTT é uma ideia terrível, vai matar todo o negócio e assim por diante. Mas realmente é mentira porque o FTT não vai matar o negócio, vai só matar alguns tipos de negócios que são perigosos. Em países onde o setor financeiro é uma grande parte da economia, por exemplo nos Estados Unidos, um imposto deste tipo sobre transações financeiras pode gerar muitas receitas. Mas isto é o primeiro benefício. O segundo benefício de este tipo de imposto sobre transação financeira remonta à ideia de James Tobin, que é um economista que disse em 1972 que uma grande parte da importância da ideia desse imposto ele disse atirar alguma areia para as rodas da especulação e isto é uma ideia relacionada com a maldição financeira onde o setor financeiro em muitos países têm vindo a tornar-se cada vez mais parasítico, dedicado a extrair riqueza do resto da economia em vez de fornecer os serviços úteis para apoiar a economia. Vai deixar a parte da economia que serve à população e que está fazendo coisas úteis e vai eliminar esta especulação que não ajuda a nenhuma pessoa, só a uma pequena porção da população que já é muito rico. Vai eliminar esta parte do setor financeiro que é perigoso. Para mim este é um benefício ainda maior que as receitas fiscais que vai fornecer.</p>
Daniela	<p>E se você quiser saber mais sobre a maldição da financeirização, vá até <a href="http://www.edasuaconta.com">www.edasuaconta.com</a> e escuta o episódio 8 do É da Sua Conta.</p>
Grazielle	<p>O tributo sobre transações financeiras pode ter várias formas. Se bem desenhado pode ser justo, reduzir desigualdade, levantar recursos para financiar nossos direitos à saúde, educação, moradia, transporte; e ainda regular o fluxo de capitais, evitando o que é meramente especulativo e a lavagem de dinheiro.</p> <p>É o caso, por exemplo, de focar a tributação nas transações do mercado financeiro, como está sendo proposto em Nova Iorque e na União Europeia. Estabelecer um patamar mínimo de transação para incidência do tributo, como o Quênia está fazendo, pode contribuir para que quem tem mais dinheiro contribua com mais.</p>
Daniela	<p>Qual tema da justiça fiscal você gostaria que a gente tratasse nas próximas edições do É da Sua Conta? Escreve para gente e dá sua opinião! O nosso email é <a href="mailto:info@edasuaconta.com">info@edasuaconta.com</a>. Você também encontra a gente no Facebook e no twitter: e_dasuaconta</p>
Grazielle	<p>O É da Sua Conta de outubro de 2020 contou com a coordenação de Naomi Fowler e a produção de Daniela Stefano, Luciano Máximo e minha, Grazielle David.</p> <p>Um abraço, desejando força para seguirmos enfrentando esse período e até o próximo!</p>
Daniela	<p>Muita força, se estiver no Brasil fica em casa, e até o próximo.</p>

**Participantes desta edição:**

- Cláudio Fernandes, ONG Gestos
- Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal (1995-2001)
- Fernando Ferrari Filho, UFRGS
- Francis Karugu, Universidade Yale
- Jim Henry, Universidade Columbia
- José Gusmão, eurodeputado
- Marcio Pochmann, Unicamp
- Nick Shaxson, Tax Justice Network

**Mais informações:**

- Ostry et. al. Neoliberalism: Oversold? Washington: IMF, 2016. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>
- Tributos sobre Transações Financeiras: peça chave da reforma tributária. Por Cláudio Guedes Fernandes
- Sobre a tributação na União Europeia: A Financial Transaction Tax deal worth fighting for.